

FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU
DIREITO

Nícolas Baio Ribeiro

ESTADO TECNOCRÁTICO: REFLEXOS NA POLÍTICA BRASILEIRA.

Bauru
2024

Nícolas Baio Ribeiro

ESTADO TECNOCRÁTICO: REFLEXOS NA POLÍTICA BRASILEIRA.

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito, sob a orientação do Professor
Dr. Bazilio de Alvarenga Coutinho
Junior.**

**Bauru
2024**

Ribeiro, Nicolás

o estado tecnocrático: reflexos na política brasileira.
Nicolás Baio Ribeiro. Bauru, FIB, 2024.

52f.

Monografia, Bacharel em Direito. Faculdades Integradas
de Bauru - Bauru

Orientador: Bazilio de Alvarenga Coutinho Junior

1. Tecnocracia. 2. Política. 3. Brasil. I. Título II.
Faculdades Integradas de Bauru.

CDD 340

Nícolas Baio Ribeiro

ESTADO TECNOCRÁTICO: REFLEXOS NA POLÍTICA BRASILEIRA.

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito,**

Bauru, 14 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Presidente/ Orientador: Bazilio de Alvarenga Coutinho Junior

Professor 1: Danilo Guerreiro de Moraes

Professor 2: Carlos Reis da Silva Junior

**Bauru
2024**

Dedico este trabalho aos brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar comigo e se fazer presente desde o início da minha trajetória com Ele. Por me direcionar em minha vocação pela busca da verdade, e acima de tudo, ensinou-me a amar, a não ver a sociedade como um todo, mas o homem como um. Ensinou-me que cada ser tem sua essência e por mais intrínseca e pequenina que esteja a chama de sua alma, Ele estará lá.

Agradeço aos meus pais e irmão, Helder Ribeiro, Francislene Ribeiro e Antony Ribeiro por todo o apoio incondicional, amor e incentivo ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Vocês sempre acreditaram em mim, aos meus pais especificamente, honrarei cada suor derramado pelo meu crescimento.

Ao meu orientador, Bazilio de Alvarenga Coutinho, que com sua paciência, sabedoria e orientações precisas, contribuiu imensamente para o desenvolvimento deste trabalho. Suas críticas construtivas e encorajamento constante foram essenciais para a conclusão deste projeto.

Aos professores do curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru, que ao longo desses anos compartilharam seu conhecimento e despertaram em mim o interesse por temas que foram cruciais para a elaboração deste TCC.

Agradeço especialmente à minha noiva, Ana Carolina Concentino de Souza, por sua paciência, apoio e compreensão com o tempo que poderia ser dedicado a nós, mas dediquei aos estudos, durante todo esse processo. Seu suporte e encorajamento foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho com dedicação e determinação. Sua presença constante e amabilidade foram minha maior fonte de motivação.

Por fim, deixo meus sinceros agradecimentos e meu compromisso em honrar cada um que depositou sua confiança em mim. Sou grato por tê-los em minha vida e por poder compartilhar parte da minha trajetória servindo no Direito.

"As virtudes cardeais são as qualidades que proporcionam um equilíbrio na vida moral e são a base de todas as outras virtudes." Tomás de Aquino (1274).

RIBEIRO, Nícolas. **estado tecnocrático: reflexos na política brasileira**. 2024; 52f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2024.

RESUMO

A tecnocracia iniciou-se com a massificação e o dirigismo estatal, onde técnicos, especialistas e diretores assumiram posições no governo. Logo, os técnicos sempre obtiveram como objetivo o aumento econômico, apenas, deixando de lado os fatores sociais. Entretanto, o poder tecnocrático muitas vezes resultava na formação de oligarquias e de um Estado Totalitário, devido ao elevado controle social e a massificação do homem. Passou-se uma fase onde ou o poder totalitário estava nas mãos dos políticos, ou dos tecnocratas. Contudo, os técnicos tinham muito a agregar ao Estado, mas agregar é diferente de pertencer. Seria de grande valia o Estado, junto à prudência da política, usufruir das técnicas e especialidades dos diretores. Aí está a chave, os técnicos não podem tomar os postos dos políticos, acaso aconteça, acarretará em um Estado voltado à economia, com um grande poder estatal e com a sociedade massificada. Por isso, a prudência do direito é necessária, sendo ela, a tomadora de decisões, a técnica em momento algum poderá se sobressair da prudência, mas sim, agregar. Antes um Estado com avanços de novas tecnologias, novas pesquisas científicas, econômicas, políticas e administrativas, do que um Estado estagnado.

Palavras-chave: Tecnocracia. Política. Brasil.

RIBEIRO, Nicolás. **estado tecnocrático: reflexos na política brasileira**. 2024; 52f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2024.

ABSTRACT

Technocracy began with massification and state dirigisme, where technicians, specialists, and directors assumed positions in the government. Soon, these technicians always aimed solely for economic growth, neglecting social factors. However, technocratic power often resulted in the formation of oligarchies and a Totalitarian State due to the high level of social control and the massification of individuals. There was a phase where either totalitarian power was in the hands of politicians or technocrats. Nonetheless, the technicians had much to contribute to the State, but contributing is different from belonging. It would be of great value for the State, alongside the prudence of politics, to make use of the techniques and expertise of the directors. This is the key: technicians should not take the positions of politicians. If this happens, it will lead to a state focused solely on the economy, with great state power and a massified society. Therefore, the prudence of the law is necessary; it must be the decision-maker, and technique should never surpass prudence, but rather, complement it. A state with advancements in new technologies, scientific, economic, political, and administrative research is far better than a stagnant state.

Keywords: Technocracy. Politics. Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SOCIEDADE DE MASSAS E O DIRIGISMO ESTATAL	13
2.1	Sociedade de Massas	13
2.2	Dirigismo Estatal	15
3	A TECNOCRACIA	17
4	O FRACASSO DA CLASSE POLÍTICA	21
5	A TÉCNOCRACIA PÓS FRACASSO POLÍTICO	24
6	A TECNOCRACIA NO BRASIL	27
6.1	Décadas de 1930 e 1940: Era Vargas	27
6.2	Décadas de 1950 e 1960: Desenvolvimento Industrial e Plano de Metas	29
6.3	Década de 1960: Regime Militar	32
6.4	Década de 1980 e 1990: Redemocratização e Neoliberalismo	34
7	SÉCULO XXI: CONTINUIDADE E DESAFIOS	38
7.1	Reformas Econômicas, Administrativas e Inovações	38
7.2	Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública e Governança	39
7.3	Gestão de Recursos Naturais e Ambientais	40
7.4	Saúde Pública	41
7.5	Educação e Pesquisas	41
7.6	Tecnologia e Inovação	42
7.7	Pontos Negativos do Emprego Técnico no Século XXI	43
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
9	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca como elemento principal a verdade. Logo, sendo um tema que, para alguns, pode ser motivo de polêmica, o seguinte artigo foi realizado com total imparcialidade, trata-se de análises e dados tanto do “lado A” quanto do “lado B”, afinal, já é realidade na atualidade brasileira uma era completamente polarizada politicamente, de modo algum o projeto alimentará essa polarização. Afinal, tudo que o homem almeja independente do partido ou posicionamento político, é uma vida digna.

Entretanto, o presente trabalho visa analisar com dados, pensamentos filosóficos, históricos, sociológicos, econômicos e administrativos, a influência da tecnocracia no Brasil, desde os primeiros resquícios do emprego da técnica até a atualidade (2024).

Na primeira seção tem-se como objetivo trazer o princípio da história, o porquê do início da tecnocracia, traz à tona a influência da sociedade de massas e do dirigismo estatal em relação à vinda dos técnicos no Estado. Seguindo para a segunda seção é abordado o início da tecnocracia, suas características, feitos e influência mundial. Na quarta seção, é versado sobre a queda do Estado devido a incompetência dos políticos para lidarem com os técnicos. Logo, na quinta seção trata-se da queda da classe política, onde perderam seus postos para os diretores. Portanto, na sexta seção, é dissertado sobre a vinda e a influência da tecnocracia no Brasil, com dados, informações e fundamentações de cada período, desde o princípio, até os tempos atuais. Na sétima seção, é discorrido sobre o século XXI em específico, com todos os atuais desafios e influências da técnica. Contudo, na oitava e última seção, é levantada a solução, como de fato deve ser empregada a técnica, sem ferir a democracia e de fato agregar à sociedade.

2 SOCIEDADE DE MASSAS E O DIRIGISMO ESTATAL

2.1 Sociedade de Massas

Em seus admiráveis estudos de sociologia política, Alexis de Tocqueville (1835), em *De la démocratie en Amérique*, pode prever com precisão o caminho da democracia moderna para um despótico centralismo do Estado (Sousa, 1973).

Tocqueville (1835), pode prever com lucidez a futura dependência das empresas particulares com o Estado, onde, a cada dia o soberano obtinha mais poder, na medida que os particulares perdiam a plenitude autônoma e livre, encaminhados e fadados a uma dependência estatal. Afirma na mesma obra:

Na maioria das nações modernas, o soberano, quaisquer que sejam sua origem, sua constituição em seu nome, tornou-se quase todo-poderoso e os particulares caem, cada vez mais, no último grau da fraqueza e dependência. (Tocqueville, 1835, apud Sousa, 1973)

O autor (Tocqueville) prestava reconhecimento a possibilidade a todos oferecida de participarem do governo e dos devidos valores positivos da igualdade social e jurídica. Contudo, um discernimento preciso levava-o a compreender no desenvolvimento do princípio igualitário, o rompimento das barreiras históricas onde os homens podiam defender-se contra os abusos sem medida do poder do Estado.

Ortega y Gasset (1929), filósofo espanhol, caracteriza “massa” como qualidade, não se confunde como multidão, sendo a multidão quantitativa e a massa qualitativa (Sousa, 1973).

A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massa tão somente as “massas operárias”. Massa é o “homem médio”. Assim se converte o que era meramente quantidade – a multidão – em uma determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o mostrengo social, é o homem naquilo que não o diferencia dos outros homens, mas que repete em si mesmo um tipo genérico. (Gasset, 1929, apud Sousa, 1973)

Uma grande influenciadora da sociedade de massas foi a Revolução Francesa (1789), a qual não obtinha como principal objetivo mudar um governo antigo, mas também, abolir a antiga sociedade, combatendo a todos os poderes estabelecidos, arruinando todas as influências reconhecidas, rompendo tradições, renovando usos e costumes, retirando da sociedade todos os ideais fundados de suas origens (Tocqueville, 1835).

Uma das grandes características da Revolução Francesa auxiliadora da sociedade de massas se trata do ideal de igualdade e liberdade. Visto que, não é possível considerar igualdade e liberdade no mesmo contexto, sendo assim, se há igualdade, não há liberdade. Considerando que todos os indivíduos gozem da igualdade, nem todos estarão em plena liberdade, sendo esta boa ou não. Logo, a liberdade não é concedida em seu total, mas gerida por um governo, estando este sob comando de uma sociedade nivelada e enfraquecida de poder (Sousa, 1973).

Por isso, a rebelião das massas tem como objetivo reduzir a sociedade à docilidade e à inércia, deixando assim, as massas passíveis e vulneráveis a um agente poderoso, como é o Estado absoluto e totalitário.

Mirabeau (1788) pode compreender antecipadamente os reflexos de uma sociedade anti-hierárquica e nivelada, trazendo como entendimento o fortalecimento de um poder central soberano (Sousa, 1973).

O tribuno revolucionário Mirabeau (1788) direcionou uma carta ao rei da França, Luís XVI, esta reproduzida por Tocqueville (1856), a qual diz muito a respeito da nivelção social sobrevinda da massificação.

Comparai o novo estado de coisas com o antigo regime; é então que nascem as consolações e as esperanças. Uma parte dos atos da assembleia nacional, e a mais considerável, é evidentemente favorável ao governo monárquico. Então não é uma grande coisa viver sem parlamento, sem províncias, sem corpo do clero, de privilegiados, de nobreza? A ideia de formar uma só classe de cidadãos teria agradado a Richelieu: esta superfície igual facilita o exercício do poder. Muitos reinos de um governo absoluto não teriam feito pela autoridade real tanto quanto somente este ano de revolução. (Tocqueville, 1856, apud Sousa, 1973)

Notável a expressão de Mirabeau (1788) ao relatar “esta superfície igual facilita o exercício do poder”, sendo assim, a nivelção individualista, a qual destrói os corpos intermediários, extingue as poderosas resistências (grandes empresas ou particulares com alto poder concentrado) ao absolutismo estatal (Sousa, 1973).

Contudo, um poder individualista (empresário) controla uma massa de homens, trabalhadores e operários, mas acima deste administrador, está o Estado, sendo este, outro poder individualista. Entretanto, os grandes empresários entregaram de bandeja o homem-massa ao Estado, restando ao poder estatal apenas apoderar-se do poder empresarial.

2.2 Dirigismo Estatal

Como consequência da Revolução Francesa, houve o rompimento das tradições e costumes, levando a sociedade para um “nivelamento social”, resultante de um poder individualista e concentrado. O Estado volta-se para o totalitarismo, devido a vulnerabilidade que a sociedade se apresentava.

Eis alguns pontos de Tocqueville em seus escritos *L'ancien Régime et la Révolution* (1856), da referida carta escrita pelo tribuno revolucionário Mirabeau. Afirma o jurista que a Revolução Francesa não teve como único e principal objetivo modificar o antigo governo mas abolir todas as influências reconhecidas, tradições, regências sociais, também trazer novos costumes e usos e aniquilar todos os fundamentos sobre respeito e obediência, partindo para o caráter anárquico presenciado na revolução (Sousa, 1973).

Em janeiro de 1822, na Câmara de deputados, Royer-Collard afirmou os exatos escritos de Tocqueville, relatando que, na sociedade pulverizada de indivíduos erguidos pela revolução, acarretou na centralização. Pois, onde há somente indivíduos, são públicos todos os negócios destes, pertencentes ao Estado. Resultando em uma sociedade administrada (Sousa, 1973).

A sociedade nivelada, vulnerável ao poder dos chefes populistas e demagogos, é esta, a sociedade de massas. Contudo, não é de surpreender-se o aproveitamento de um Estado absoluto em seu crescimento arrastador de todas as atividades sociais.

Um grande vício das constituições e normas regidas é o abstracionismo e a influência de ideologias, resultando em legislações inoperantes, inúmeras reformas legislativas cujas consequências desordenadas ocasionam em crises apresentadas por novas reformas em uma repetição de erros sem fim.

Ao legislador, ao reformador político, aos técnicos em seus planos cumpre respeitar a ordem natural e saber aceitar a condição dos homens e das sociedades, sem pretender modificá-la ao sabor das utopias. (Sousa, 1973)

O atual dirigismo estatal viola a ordem natural das sociedades, perdendo a verdadeira definição do intervencionismo do Estado e do que realmente deve ser o direcionamento do poder político à vida nacional, devendo ser este, dentro dos seus limites e sempre voltado ao bem comum em função e incumbência do destino superior da sociedade.

Não deve um Estado se perder em sua própria legislação, de tão abstrata que esta situa-se. Dividido de ideologias e Projetos de Lei baseados em uma utopia individual. Regido por uma disputa parlamentar de quem tem mais Projetos de Lei e decisões em seus nomes, bastando por um egoísmo completamente individualista.

Acaso, poderia um homem que rege ou guia a Lei, basear-se em um abstracionismo? Deixando de lado seu verdadeiro poder, sua verdade. Pois a verdade é uma, se não, a sociedade é gerida por um “talvez”. Uma sociedade baseada em várias verdades, guiadas pelo “cada um com a sua verdade”, ao invés do “Juntos, devemos buscar a verdade, para assim, tratarmos a sociedade com verdadeira dignidade, não os largando em um chiqueiro de abstrações”. A Justiça deve ao homem a solução, o servir, e não a confusão, resultante de um orgulho individual.

3 A TECNOCRACIA

Nos primórdios da primeira guerra mundial, o termo “tecnocracia” começou a ser utilizado, generalizando-se na época do New Deal (programas implementados nos Estados Unidos nos anos de 1933 a 1937, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana). Contudo, a palavra começou a ser mais empregada após a Segunda Guerra Mundial, devido as novas realidades políticas e tendências totalitárias (Sousa, 1973).

Um grande exemplo do início da revolução tecnocrática, foi a Alemanha nazista e a União Soviética sob o comando de Josef Stalin, confrontados pelos americanos e sua experiência do New Deal. Tendo em vista três regimes aparentemente distintos, traços semelhantes os contornavam na administração e na organização do poder. Visto que a Europa estava sob a influência do ideal marxista e os Estados Unidos influenciados pelo capitalismo liberal. Sendo assim, adeptos a sociedade de massas. Aos marxistas, a concentração do poder individual e totalitário é devida ao Estado sob a sociedade nivelada e aos liberais a concentração do poder é devida aos empresários sob os operários/homem-massa (Sousa, 1973). Construída pelas perspectivas da técnica moderna, nos primeiros anos da revolução soviética, houve uma passagem da sociedade semifeudal e agrária para um Estado industrial. Onde Lênin afirmava que os Soviets mais a eletrificação resultava-se nos comunistas (Sousa, 1973).

Os americanos serviam para os russos como exemplo, não um exemplo a seguir, mas sim, para usá-los e assim passar à sua frente. Foi depois da crise de 1929 e das eleições de 1932, com o liberalismo doutros tempos obsoleto pela crescente intervenção estatal, que os tecnocratas tiveram sua deixa nos Estados Unidos pelo Brain-Trust do Presidente Franklin Roosevelt ou à frente de outras poderosas entidades, como o *Tennessee Valley Authority* (Sousa, 1973).

Logo após, com a derrota da Alemanha nazista, o dirigismo estatal aliado à tecnocracia provocou a atenção e preocupação de Hayek e von Mises, onde analisavam as democracias fadadas ao totalitarismo contra o qual os próprios haviam lutado com armas nas mãos. Vitoriosa na guerra, a Rússia comunista a qual obtinha sua política e administração próprias de uma tecnocracia totalitária, onde servia como exemplo para os países satélites (Sousa, 1973).

Combinada com o corporativismo do Estado nacional de Petain, no regime de Vichy iniciou-se a tecnocracia na França. Afirmava o Secretário Geral do Conselho Econômico, em 1956, que a França estava entrando na era dos organizadores e que a tecnocracia era um fato certo (Sousa, 1973).

Enfim, lá estava a tecnocracia que tanto marcava o cenário pós Segunda Guerra Mundial, acompanhada de Estados totalitários e técnicos. Junto ao combo, estavam os tecnocratas, em sua maioria, caminhando junto ao Estado para uma espécie de governo oligárquico e individualista.

Os tecnocratas eram definidos por Burnham (1943) como os *managers*, traduzido pelo francês como “organizadores” e em espanhol como “diretores”. Ao referir-se ao “governo diretorial”, não obtinha como fim o Diretório da Revolução Francesa, mas sim um regime de técnicos os quais assumiam o poder do Estado. (Burnham, 1943)

Pode haver um governo tecnocrático em uma república, assim como pode haver uma monarquia tecnocrática em um reinado ou império. Logo, a tecnocracia não é exatamente uma forma de governo, sendo esta deslocada da ordem econômica para a ordem política, assim, dominada pela manipulação do poder pelos especialistas, homens habilitados e dispostos a conduzir a administração pública.

No poder econômico, separa-se a propriedade da gerência, contudo, no poder político, os detentores teóricos da soberania cedem objetivos concretos de governo e administração aos encarregados de controlar e executar os planos.

Quando se fala em tecnocracia, os técnicos são estes gerentes ou diretores, sobrepostos na função de uma espécie de engenharia social, aos quais os governantes de um Estado ou o proprietário de um renomada empresa transferem inúmeras responsabilidades e direitos para o controle da sociedade política, ao ponto dos especialistas e técnicos influenciarem positivamente nas supremas decisões de comando.

Logo os *managers* ou técnicos superiores, são colocados à frente de poderes estatais e de grandes empresas. Estes distinguem-se do sentido lato de técnico, mas sim, abrange todos os experts e especialistas das respectivas áreas atuantes.

Economistas, financistas, especialistas em administração de empresa, engenheiros e indivíduos de formação cultural aliada a um apurado senso

prático formam esta classe de dirigentes da administração pública estatal ou da administração empresarial privada. (Sousa, 1973)

Trata-se de tecnocracia a composição de uma elite de administradores especializados e com capacidades de cunho empresarial, objetivados ao serviço de uma comunidade. Não lhes são cabíveis o lucro ou vantagens individualistas, mas sim o planejamento de normas para a execução de projetos. E assim, conceder à decisão política, uma análise técnico-científica como base.

Realizando o serviço e a missão concedida aos tecnocratas, seguido do controle estatal e de grandes empresas, como justificativa de um devido auxílio e compromisso com a sociedade, surge uma nova classe na sociedade industrial. Classe esta, destinada a cumprir os planos de um Estado centralista, inserindo massas contemporâneas e promovendo o futuro da economia, disfarçados por um currículo extenso e utopias.

O mito do “desenvolvimentismo” faz dos tecnocratas homens providenciais nos povos economicamente subdesenvolvidos, ou onde há regiões atrasadas que esperam pela salvação vinda da técnica. (Sousa, 1973)

Não é possível definir a aplicação da tecnocracia como uma, de um país para outro o sentido de tecnocracia é aplicado de um modo. Os grupos tecnocráticos americanos escondem os interesses econômicos de ordem privada nos Estados Unidos. A tecnocracia russa, serve o mais rígido e totalitário Estado. No mesmo país, é possível ter o contraste de diferentes tipos de tecnocracia. Como exemplo a França, no governo Vichy os tecnocratas realizavam uma tentativa de restauração corporativa, vista como uma salvação para a realidade francesa da época. Contudo, passou a conjugar um rigoroso tecnocratismo focado na centralização estatal dos grupos intermediários (Sousa, 1973).

Visto isso, a tecnocracia que surgiu como tendência mais evidente após a Segunda Guerra Mundial poderia ser definida como o governo dos técnicos. Sendo estes, profissionais renomados e de grandes expertises em suas respectivas áreas atuantes. Levados ao poder do Estado e com forte influência em suas decisões para com a sociedade (Sousa, 1973).

Pode-se haver algumas diferenças entre um governo partidário para um governo democrático. De acordo com Richard Katz (1987), um governo partidário é caracterizado pelos seguintes critérios: As decisões são tomadas por oficiais eleitos do partido ou por aqueles sob sua autoridade; a política governamental é formulada

dentro dos partidos, que agem de maneira coerente para implementá-la; e, a seleção e a responsabilização dos oficiais são realizadas pelo partido.

Esses critérios contrastam fortemente com os de um governo tecnocrático, onde: as principais decisões governamentais são feitas por pessoas com formação e especialização na área, e não por oficiais eleitos do partido; a política governamental não é determinada dentro do partido; e, os principais oficiais (como ministros e primeiros-ministros) não são recrutados pelos partidos.

Ambos obtêm suas respectivas regências e modos de operação. Destacando os tecnocratas ao total foco econômico, e os governos partidários, voltados para a política, a qual muitas vezes apresenta-se enfraquecida, conforme o abordado no seguinte capítulo.

4 O FRACASSO DA CLASSE POLÍTICA

Feitas as considerações sobre a tecnocracia e suas características, mostra-se quase que de forma inexorável uma consequência a ser aqui mencionada. A tendência de mitigação da classe política, haja vista que, por o Estado estar sob a regência de mentes técnicas, esse espaço de Poder acaba tomando o lugar de outros representantes, que apresentam suas inclinações ideológicas evidenciadas em partidos políticos. Assim, o que se pretende no presente capítulo é analisar se um Estado tecnocrático poderia tomar o lugar da classe política.

Afirma Juan Vallet de Goytisolo que com o domínio técnico do homem, acaba se desviando do seu real projeto e desenvolve uma eficiência de grande escala, passando o homem de agente para objeto. Contudo, a tecnocracia resulta em uma mecanização controlada por mentes capazes de ordenar e impulsionar cada passo do homem (Goytisolo, 1964).

Fadados ao fracasso, as classes políticas requereram à competência dos técnicos, para tomarem à frente de uma política fraca, impactada e influenciada pela Revolução Francesa e pelo cenário pós Segunda Guerra Mundial. Com a classe política desprovida da devida técnica, demonstraram sua incapacidade e confiaram os negócios do Estado e da Administração aos tecnocratas.

Com o poder completamente cedido aos *managers*, as chances do respectivo controle resultar na mecanização da sociedade e na coisificação dos homens eram altas.

O único meio para promover a ordem na sociedade e fazer com que o homem atinja em seu meio virtude, moral e ética é devido aos saberes filosóficos. Levando o homem ao ser político, regido pela busca da ordem, a inefável busca pelo servir à *polis*. Como já afirmava o discípulo de Platão, em sua obra “Política”, Aristóteles define *polis* como parte das coisas naturais, sendo o homem, um animal político por natureza. Define também “política” como uma ação que visa o bem. Logo o homem tem em sua natureza a política e esta não pode ser tirada de si (Sousa, 1973).

Com a classe política caída e a assunção dos técnicos ao poder, a sociedade estava completamente escassa da verdadeira política e doada aos tecnocratas. Assim, vulneráveis a uma arquitetura de Estado voltada à mecanização e massificação do homem, deixou-se, ainda mais, a busca do bem comum. Passando

para uma visualização, por parte dos técnicos, de robôs de operações, máquinas de produção.

A exígua chance de um poder de Estado humano e digno, foi-se por água abaixo, declinando-se para um poder individualista liberal, ou até mesmo, um governo individualista liberal no poder e coletivista na massificação social. Logo, com o Estado entregue aos técnicos, as chances de um destino capitalista liberal e individualista eram grandes. Assim como, retirado das entranhas do capitalismo, frutos do individualismo, o socialismo gerou fortes impactos nos regimes tecnocráticos. Carne da carne do capitalismo liberal, segundo Berdiaeff (1931), com o poder doado a um técnico individualista, visando este, a massificação, coletivização e mecanização da sociedade, resulta-se em uma sociedade de massas vulnerável e dependente do poder estatal, deste modo, tem-se o socialismo. Portanto, obtém-se como resultado a estatização dos poderes, sob o controle de técnicos, organizados como uma oligarquia devota do individualismo (Sousa, 1973).

Em face da falência da classe política, assim claramente manifestada, o apelo aos técnicos surgiu como meio de satisfazer aos ideais de competência e eficácia. Em lugar dos políticos corruptos e fracassados, recorria-se aos especialistas em economia, finanças, ciência administrativa e política social, estudiosos da conjuntura e em condições de aplicar métodos de base científica para solucionar as questões mais complexas. (Sousa, 1973)

Com o comando de um influente poder executivo, a tecnocracia daí iniciada, poderia trazer os benefícios que a partidocracia dos líderes carismáticos e tendenciados ao abstracionismo não trouxeram para a coletividade. Como a política estava se perdendo ao abstracionismo, a população buscava uma solução para a crise na falta de zelo e profissionais qualificados para lidar com o poder público. Resultante de uma escassez de profissionais qualificados, especialistas, e com a devida e necessária aptidão para lidar com cada ramo do poder executivo, legislativo e judiciário, seus lugares foram tomados pelos tecnocratas, sendo eles, uma espécie de mangueira de oxigênio para uma população desesperançosa, em pleno afogamento no oceano da política abstrata e individualista.

A classe política encontrava-se influenciada pelo abstracionismo do século XVIII, produzindo então o formalismo jurídico do século XIX, tomando conta do modo de operação dos bacharéis em direito, os quais compunham a classe política. Logo manifestou-se os defeitos de uma formação eivada de abstracionismo. Produzindo

homens públicos e políticos incapazes de servirem ao seu dever e sentirem com as causas e melhoras para o povo (Sousa, 1973).

Expressão típica da atitude mental abstracionista é a filosofia política de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), montada sobre hipóteses gratuitas e fantasiosas, discrepantes da realidade histórica e da própria razão. (Garcia, 1973)

O abstracionismo, acontecimento este que decretou, a ruína da classe política, caracterizado pela tendência de fazer com que representações puramente mentais prevaleçam sobre realidades concretas nas instituições, nos programas de governo, nas legislações e decisões dos poderes. Aristóteles (384 – 322 a.C.) evidenciava que a origem das ideias, partidas da abstração, distinguem-se da intuição e afastam a hipótese das ideias inatas. Logo, o abstracionismo, leva o homem para longe da natureza, do inerente, do congênito da coisa, a abstração afasta o homem da verdade, visto que a verdade tem por si só sua natureza sólida e única (Garcia, 1973).

5 A TÉCNOCRACIA PÓS FRACASSO POLÍTICO

Observa Francesco Vito que o governo dos especialistas iniciou-se fortemente depois da segunda guerra mundial, sob a influência do *Welfare State* (molde de gestão pública onde atribui ao Estado a responsabilidade de promover serviços públicos essenciais à população). Era adotada uma forma técnica a cada dia mais acentuada nas decisões político-econômicas, tanto ao nível executivo quanto legislativo, dando início a relação entre políticos e especialistas (Sousa, 1973).

Logo, eram admitidos dois movimentos, de um lado, o poder político, econômico e social, as funções de um Estado e de outro lado um crescente progresso técnico impondo à atividade do Estado, assim como a de empresas privadas, uma modulação dos homens e instituições.

Os técnicos apareceram como a resposta de uma solução necessária para a população. Carregados de aptidão e eficácia, incumbidos a realizar a modulação dos homens e das instituições e a manejar o devido poder conforme as necessidades presenciadas.

Com o progresso da ciência, foram resolvidas inúmeras problemáticas até então entregues ao empirismo, às improvisações, ou ao abstracionismo. Contudo, não foi atribuído aos técnicos somente a direção do governo de um Estado ou de uma instituição, mas o posto decisório de importantes decisões para tomar-se a frente. Partindo do pressuposto de que a expertise dos conhecimentos dos técnicos sendo aplicada em cada fração da administração pública ou privada, levaria à chave do reger político.

Considerando-se uma suposta solução partida da tecnocracia, Roger Gregoire afirma que a tecnocracia é concebível, acaso se admita que o aperfeiçoamento das técnicas e das ciências caminhem em direção da solução das problemáticas e que inexistente opção política exceto em aparência (Sousa, 1973).

Os especialistas da cibernética nunca deixariam entrever a “máquina para governar”. Assim, pois, o acesso de um expert a um posto de comando faz dele, de bom ou mau grado, um “responsável político”: não existe uma transferência de poder, mas uma simples mudança de pessoal. (Gregoire, apud Sousa, 1973)

Vale salientar que, a máquina de governar não passa de uma utopia, tendo em vista que o pensamento racional humano é deveras superior ao de uma máquina. “Um computador pode responder a inúmeras questões, mas não formula uma”, afirma

Einstein. O homem tem por si só, o benefício do pensamento contemplativo, do senso crítico unido aos seus valores éticos e morais, levado para uma determinada solução partida de uma questão. Sendo assim, a tecnocracia não pode transferir o poder de decisão humana e racional do homem, para uma decisão irracional de uma máquina.

A ascensão de técnicos aos postos de países comunistas e capitalista é concedida em postos específicos da administração. Reflete-se o desvanecer de duas grandes oposições, onde suas regências, a cada dia encontravam-se mais convergentes. As antigas democracias liberais caminhavam para o intervencionismo estatal e o comunismo que seguia a utopia igualitarista chocou-se com a realidade. Contudo, ambos estavam de encontro para o mesmo resultado, a sociedade de massas e o Estado Totalitário. Os extremos, encontram-se.

O principal objetivo da tecnocracia, é o desenvolvimento econômico, onde o Estado é determinante para a ação tecnocrática planificadora. Resultando no bem-estar populacional, visto o critério hedonístico (doutrina moral e filosófica da Grécia Antiga, com o ideal de prazer extremo) de conforto social.

Para conseguir a realização de tais objetivos, estimulam-se: 1) a concentração industrial, com as fusões de empresas e o desaparecimento das pequenas; 2) as grandes aglomerações urbanas; 3) a uniformização ou homogeneização da vida; 4) a organização científica dos mercados; 5) uma política fiscal e creditícia, de incentivos e isenções, posta em prática para quebrar as resistências. (Sousa, 1973)

Aos tecnocratas foi concedido o poder absoluto, econômico e político. Estes decidem o setor necessitado de urgência para seu respectivo desenvolvimento, taxações e tributações, distribuição de créditos e cobrança de débitos, manipulam a inflação, determina onde seria necessário a construção de um centro empresarial ou a inauguração de uma praça pública, a eles é concedido o poder de cada milímetro do Estado. Para alguns, a ação dos tecnocratas promove um enriquecimento fantástico, para outros, resulta em suas ruínas.

Os meios de comunicações são dominados pelos tecnocratas, onde tudo pode ser criticado, questionado, adulterado ou opinado, menos a razão do Estado. Não há limites para os tecnocratas, assim como não há superioridade hierárquica, estes, regem o que bem quiserem e impõem aquilo que vier em mente, sem necessariamente, uma posição política do ideal a ser implantado, mas sim, um foco totalmente econômico.

O Estado Tecnocrático é regido por razões econômicas. Contudo, é colocado ao Estado os moldes e os princípios de uma empresa, este é tratado como tal, visando a fusão da economia com a política. Visto que, os técnicos são voltados ao ganho de capital, pois lhes faltam conhecimentos e princípios políticos. Caminham para a eficácia econômica, voltando-se somente à saciedade material.

6 A TECNOCRACIA NO BRASIL

A tecnocracia no Brasil não se iniciou em um único momento específico, mas desenvolveu-se gradualmente ao longo do tempo, especialmente a partir do século XX, com a modernização do Estado e a crescente necessidade de conhecimento técnico e científico na formulação de políticas públicas.

Era necessário estimular os diferentes setores da vida nacional por intermédio de especialistas devidamente capacitados a fazerem as mudanças e reformas necessárias, atuando sobre o comando do governo. O que tangeu ao governo, foi recorrer aos técnicos e suas experiências na atividade bancária, administrativa, industrial, midiática, agrícola, urbana, escolar, comercial, et cetera. A seguir estão alguns marcos e contextos importantes no desenvolvimento da tecnocracia no Brasil.

6.1 Décadas de 1930 e 1940: Era Vargas

Durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente na era do Estado Novo (1937-1945), houve um esforço significativo para modernizar o Estado brasileiro e desenvolver a economia. Com o governo caracterizado pela centralização do poder e pelo uso de especialistas para implementar reformas econômicas e sociais. Os técnicos desempenharam um papel crucial na modernização e industrialização do Brasil, especialmente durante o Estado Novo.

Relativamente ao setor industrial, vários foram os pontos de relevo e inovação, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941, a CSN foi um marco na industrialização brasileira, fornecendo aço para diversas indústrias e impulsionando o desenvolvimento industrial do país. Assim como a criação da Vale do Rio Doce, fundada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.) foi fundamental para a exploração e exportação de minérios, consolidando o setor de mineração no Brasil.

Já no que pertine ao âmbito da infraestrutura, os avanços mais significativos se deram com a construção e expansão de ferrovias, as quais foram impulsionadas para facilitar o transporte de matérias-primas e produtos industriais, integrando economicamente diferentes regiões do país. Outro importante fator foi a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938 marcou o início da política de controle

e exploração de petróleo no Brasil, culminando na criação da Petrobras em 1953, durante o segundo mandato de Vargas.

No que pertine à garantia dos direitos sociais, destacadamente quanto às leis trabalhistas, promulgada em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho foi um marco nas relações trabalhistas no Brasil, consolidando direitos e regulamentando o trabalho industrial. A CLT é considerada um dos maiores legados do governo Vargas na área social e econômica.

Em relação à educação e formação técnica, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, foi estabelecido para formar mão de obra qualificada para a indústria, promovendo a educação técnica e profissional no Brasil. A criação e expansão de escolas técnicas visavam suprir a necessidade de profissionais capacitados para a crescente industrialização.

Grandes movimentos na modernização agrícola também impactaram o país, sendo um deles o Departamento Nacional do Café, criado para regular e promover a produção de café, principal produto de exportação do Brasil na época, ajudando a estabilizar o mercado e melhorar a qualidade do produto. Tendo também a Política de Incentivo à Agricultura, caracterizada pela implementação de políticas de modernização agrícola, incluindo a introdução de novas tecnologias e práticas agrícolas para aumentar a produtividade.

Outros feitos, válidos de serem ressaltados foram os investimentos com a saúde pública, com a expansão e fortalecimento do Instituto Oswaldo Cruz para combater doenças tropicais e melhorar a saúde pública, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde.

Embora os técnicos tenham desempenhado um papel importante no desenvolvimento industrial e na modernização do Brasil, também houve várias falhas e limitações significativas. A seguir, alguns dos principais problemas atribuídos aos técnicos nesse período.

A técnica na Era Vargas centralizou o poder de decisão nas mãos de uma elite burocrática e técnica, excluindo a participação popular e a representatividade democrática. A rigidez burocrática dificultava a implementação ágil e eficaz de políticas públicas. Isso levou a decisões que não refletiam necessariamente os interesses e necessidades da população. A governança autoritária do Estado Novo

restringiu liberdades civis e políticas, promovendo uma administração tecnocrática sem mecanismos adequados de controle e *accountability*.

Mesmo havendo uma intenção clara de planejamento econômico centralizado, muitos planos falharam devido à falta de dados precisos e à inadequação das projeções econômicas. As políticas muitas vezes não conseguiram prever corretamente as necessidades e capacidades da economia brasileira. Com o rigoroso crescimento industrial, as políticas tecnocráticas focaram intensamente na industrialização, mas negligenciaram áreas fundamentais como a educação e a saúde pública. Isso resultou em uma população que não acompanhava o ritmo das mudanças tecnológicas e industriais.

Destaca-se que, a ênfase na industrialização pesada e na criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobras, levou a um desenvolvimento desequilibrado, com pouca atenção a setores como agricultura e pequenas indústrias.

Apesar do foco tecnocrático, o período foi marcado por práticas de corrupção e clientelismo, onde favores políticos e interesses pessoais influenciavam decisões governamentais. Tendo em vista um governo que realizou um golpe militar para colocar-se a posto, controlou a imprensa com o Departamento de Imprensa e Propaganda, dissolveu o Congresso, rasgou a Constituição, estatizou e nacionalizou todo o País, tratava-se de um Estado Totalitário. Contudo, um governo fascista claramente não seria um bom referencial para a aplicação da técnica.

6.2 Décadas de 1950 e 1960: Desenvolvimento Industrial e Plano de Metas

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que visava modernizar a infraestrutura e a economia do Brasil, contou com a participação de muitos técnicos e especialistas em áreas como energia, transportes e indústria.

Temos como tecnocratas também, técnicos e profissionais da engenharia e do urbanismo na década de 60. A construção de Brasília é um exemplo de um grande projeto tecnocrático, planejado e executado por engenheiros e urbanistas como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. O Plano de Metas priorizou 31 setores, com destaque para energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, como resultados, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 7%.

O setor de energia alavancou em suas tecnologias, inovações e evoluções infraestruturais, como a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas, inaugurada em 1963, começou a ser planejada e iniciada durante o governo JK. Foi uma das maiores obras de infraestrutura elétrica do país, aumentando significativamente a capacidade energética do Brasil. Ocorreu também a inauguração da Usina Hidrelétrica de Três Marias, outra grande usina planejada durante o governo de JK, com o objetivo de garantir a segurança energética necessária para o desenvolvimento industrial.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, o auxílio dos técnicos influenciou um grande avanço no setor de transportes, com destaque para a construção de importantes rodovias. A Rodovia Brasília-Belém conectou a nova capital ao norte do país, facilitando o transporte de bens e pessoas e promovendo a integração nacional. A Rodovia Brasília-São Paulo (BR-060) também desempenhou um papel fundamental ao ligar Brasília ao maior centro econômico do país, estimulando o comércio e a mobilidade. Além disso, a malha rodoviária pavimentada do Brasil praticamente triplicou, impulsionando o transporte e o comércio interno.

Houve também o fomento à Agricultura, com a criação de políticas de incentivo e financiamento à agricultura, incluindo a modernização de técnicas agrícolas e o uso de máquinas, onde, melhorou a produtividade e ajudou a garantir a segurança alimentar.

Incentivou a instalação de montadoras como Volkswagen, Ford e General Motors no Brasil, impulsionando a produção de veículos e o desenvolvimento da indústria automotiva. Além disso, houve uma significativa expansão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a criação de novas plantas industriais no setor petroquímico, o que fortaleceu a base industrial do país.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, junto aos diretores, houve uma ênfase na expansão do ensino técnico e superior, com a criação de instituições voltadas para a formação de mão de obra qualificada, essencial para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Além disso, JK incentivou a criação e o fortalecimento de institutos de pesquisa, focados no desenvolvimento científico e tecnológico, fundamentais para sustentar o crescimento econômico e industrial.

No governo de Juscelino Kubitschek, diversos órgãos técnicos desempenharam papéis essenciais no desenvolvimento econômico e industrial do

país. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, foi fortalecido nesse período e teve um papel crucial no financiamento de projetos de infraestrutura e industrialização. O Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) coordenou a política de incentivos para a instalação de montadoras de veículos no Brasil, articulando ações entre o governo e a iniciativa privada. Já o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) foi responsável pela expansão da malha rodoviária, planejando e executando a construção de rodovias que integraram diferentes regiões do país.

Entretanto, para financiar os ambiciosos projetos de desenvolvimento, incluindo a construção de Brasília e a expansão da infraestrutura, o governo JK precisou de grandes somas de dinheiro. Como os recursos internos eram insuficientes, o governo recorreu a empréstimos internacionais, o que aumentou significativamente a dívida externa do país.

A dívida externa do Brasil aumentou significativamente, passando de US\$ 1,9 bilhão em 1955 para US\$ 3,8 bilhões em 1961. A inflação anual média foi de aproximadamente 25% durante o governo JK, complicando a estabilidade econômica do país.

O governo de Juscelino Kubitschek teve como principal objetivo o crescimento econômico e a modernização do Brasil através do Plano de Metas, mas isso também resultou em altos níveis de inflação e aumento da dívida externa.

Os gastos elevados do governo, sem o correspondente aumento das receitas, resultaram em déficits orçamentários. Para cobrir esses déficits, o governo recorreu à emissão de moeda, o que aumentou a oferta monetária e, conseqüentemente, a inflação.

Apesar do sucesso em várias áreas de desenvolvimento, houve uma falta de controle rigoroso sobre os gastos públicos. Muitos projetos foram implementados sem a devida análise de custo-benefício a longo prazo, levando a um aumento desordenado das despesas governamentais. A política econômica do governo JK era focada no desenvolvimento a qualquer custo, o que levou a uma negligência das conseqüências inflacionárias e do aumento da dívida.

O rápido desenvolvimento econômico e a industrialização aumentaram a demanda por bens e serviços. No entanto, a oferta não conseguiu acompanhar o ritmo

da demanda, resultando em pressões inflacionárias. O crescimento da indústria exigiu a importação de máquinas, equipamentos e insumos, o que pressionou a balança comercial e aumentou a dívida externa. Além disso, a dependência de importações em um período de crescimento econômico contribuiu para a desvalorização da moeda e para o aumento dos preços internos.

Portanto, apesar do ato falho do governo ao realizar empréstimos internacionais e a falta de controle dos gastos públicos, é marcante o desenvolvimento dos setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, com o auxílio de tecnocratas exercendo as rédeas de cada plano. Logo, os técnicos cumpriram seu papel, aumentando significativamente a evolução dos respectivos setores supracitados.

6.3 Década de 1960: Regime Militar

Durante o regime militar, houve um fortalecimento da tecnocracia, com muitos militares e tecnocratas assumindo posições-chave no governo. O período foi marcado pela criação de grandes projetos de infraestrutura.

Técnicos focaram na modernização e industrialização do Brasil, promovendo um crescimento significativo na infraestrutura e no setor industrial. Houve um aumento substancial na construção de rodovias, com destaque para a construção da Transamazônica e outras rodovias que conectavam regiões previamente isoladas. Assim como a expansão do setor industrial, especialmente em áreas como a siderurgia, petroquímica e automobilística. Grandes empresas estatais, como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, foram fortalecidas e modernizadas.

A tecnocracia implementou políticas econômicas que resultaram em um crescimento significativo do PIB e da renda per capita durante a chamada "década milagrosa". A economia brasileira cresceu a taxas anuais de cerca de 10% do Produto Interno Bruto entre 1968 e 1973, período conhecido como "Milagre Econômico Brasileiro". Da mesmo modo que a renda per capita cresceu significativamente, contribuindo para a melhoria dos padrões de vida em várias regiões do país.

Influenciado pela técnica, o governo militar realizou grandes investimentos em infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento econômico. Foram construídas usinas hidrelétricas, como a de Itaipu, que se tornaria a maior do mundo e também

expandiu-se o sistema de transporte, incluindo ferrovias e portos, melhorando a logística e a integração nacional.

Introduziu-se pelos técnicos um planejamento econômico mais racional e eficiente, com ênfase em metas e indicadores de desempenho. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) iniciou essa abordagem, que foi continuada e ampliada pelo regime militar. Contudo, políticas específicas promoviam os setores estratégicos, como a indústria de base e a tecnologia.

Embora a tecnocracia durante o Regime Militar na década de 1960 no Brasil tenha gerado benefícios econômicos e de infraestrutura, também trouxe vários aspectos negativos. Sendo destacados: desigualdade social, repressão política, dívida externa, desenvolvimento desequilibrado e impactos ambientais.

Portanto, o crescimento econômico não foi acompanhado por uma distribuição equitativa da riqueza, resultando em um aumento significativo da desigualdade social. A renda dos 10% mais ricos cresceu mais rapidamente que a dos 40% mais pobres, ampliando a disparidade econômica. Assim como o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, aumentou durante o período, indicando maior concentração de renda nas mãos de poucos.

A tecnocracia funcionou dentro de um regime autoritário que reprimiu liberdades civis e políticas, resultando em violação de direitos humanos. O governo militar censurou a imprensa, perseguiu opositores políticos, e utilizou tortura contra presos políticos. Dados que, o AI-5 (Ato Institucional Número 5), promulgado em 1968, deu poderes extraordinários ao governo, suspendendo direitos constitucionais e instaurando um clima de medo e repressão.

Resultante do crescimento econômico, um aumento significativo da dívida externa foi gerado, devido a financiamentos de empréstimos externos. A dívida externa brasileira aumentou de US\$ 3,2 bilhões em 1964 para US\$ 12,6 bilhões em 1973. Essa dependência de capital estrangeiro deixou a economia vulnerável a crises externas e à flutuação das taxas de juros internacionais.

O desenvolvimento econômico foi desigual, com maior concentração de investimentos no Sudeste, especialmente em São Paulo, exacerbando as disparidades regionais. Regiões como o Nordeste continuaram a enfrentar altos níveis de pobreza e falta de infraestrutura, enquanto o Sudeste se beneficiava

desproporcionalmente dos investimentos. Portanto, a busca por melhores oportunidades levou a um êxodo rural e crescimento desordenado das áreas urbanas, resultando em favelização e problemas sociais nas grandes cidades.

Devido a rápida industrialização e os projetos de infraestrutura, geraram-se um impacto negativo significativo no meio ambiente. Projetos como a construção da Transamazônica resultaram em desmatamento massivo na Amazônia. Da mesma maneira que o crescimento industrial sem regulamentos ambientais adequados levou a um aumento da poluição do ar e da água, afetando a saúde pública e os ecossistemas.

É possível analisar que, os técnicos estão submissos ao governo devido ao Estado Totalitário presenciado na década de 1960 e nas situações em que não estavam submissos, tomaram posse de cargos políticos e posições no governo, que, como já mencionado, não deve ocorrer. Contudo, a técnica em si, cumpriu seu papel, de acordo com o almejado pelo Estado, sendo este correto ou não. Os diretores podem realizar bons feitos de alavancagem econômica e administrativa, assim como, serem usados para o totalitarismo governamental (se estes não tomarem os postos dos políticos e serem os próprios totalitários), apoderando-se de suas técnicas para o controle e massificação da sociedade.

6.4 Década de 1980 e 1990: Redemocratização e Neoliberalismo

Um dos maiores sucessos da técnica no Brasil foi a estabilização econômica durante um período de hiperinflação e crises fiscais. O Plano Real, implementado em 1994, foi desenvolvido e liderado por uma equipe de economistas tecnocratas, incluindo Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, como Pêrsio Arida, Gustavo Franco e Edmar Bacha. O plano conseguiu reduzir a inflação de níveis anuais superiores a 2000% para menos de 10% em poucos anos. Isso trouxe estabilidade econômica, restaurou a confiança dos investidores e melhorou o poder de compra dos brasileiros.

Alguns técnicos foram fundamentais na implementação de reformas econômicas e administrativas que modernizaram a economia brasileira e promoveram a eficiência no setor público. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram realizadas várias privatizações de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e a Telebrás. A gestão dessas reformas foi amplamente conduzida por

tecnocratas, como Pedro Parente e Luiz Carlos Mendonça de Barros. As privatizações ajudaram a reduzir o déficit público, atrair investimentos e aumentar a eficiência operacional das empresas privatizadas.

Foi desempenhado um papel essencial pelos *managers* no planejamento e execução de projetos de infraestrutura que foram cruciais para o crescimento econômico. A reestruturação do setor elétrico nos anos 1990, sob a liderança de tecnocratas como José Jorge e David Zylbersztajn, foi vital para a modernização e expansão da infraestrutura energética do Brasil. Como também, a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a abertura do mercado para a competição privada resultaram em melhorias na eficiência e confiabilidade do fornecimento de energia.

Neste tempo ocorreu o aprimoramento das políticas sociais, onde, os técnicos contribuíram para a formulação e implementação de políticas sociais baseadas em dados e evidências, visando melhorar a qualidade de vida da população. Um exemplo é o Programa Bolsa Escola, iniciado na segunda metade da década de 1990, foi uma iniciativa pioneira que se tornou a base para o futuro Bolsa Família. Desenvolvido com a participação de tecnocratas como Cristovam Buarque, então governador do Distrito Federal, o programa visava reduzir a evasão escolar e melhorar a educação básica por meio de transferências condicionadas de renda. Este modelo foi amplamente reconhecido por sua eficácia e impacto positivo.

Auxiliado pelos “diretores”, houve a introdução das práticas de gestão pública, inspiradas no setor privado, promovendo maior transparência e eficiência. Elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) durante o governo FHC, sob a liderança de Luiz Carlos Bresser-Pereira, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado visou modernizar a administração pública, reduzir a burocracia e melhorar a eficiência dos serviços públicos. A reforma foi um passo importante para a profissionalização e racionalização do setor público brasileiro.

A influência da técnica obteve alguns impactos significativos e positivos no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, especialmente no contexto da redemocratização e do neoliberalismo. A estabilização econômica, as reformas estruturais, o desenvolvimento de infraestrutura, o aprimoramento das políticas sociais e a modernização da gestão pública são exemplos claros de como o conhecimento técnico e a experiência especializada contribuíram para o desenvolvimento do país.

Uma das críticas mais significativas à tecnocracia e às políticas neoliberais implementadas no Brasil durante esse período é o aumento da desigualdade social. As políticas econômicas focadas na estabilização e privatização muitas vezes negligenciaram as necessidades das camadas mais vulneráveis da população. A onda de privatizações, como a da Vale do Rio Doce e das empresas de telecomunicações, liderada por tecnocratas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, resultou em cortes significativos de postos de trabalho. Esses cortes afetaram principalmente os trabalhadores menos qualificados, aumentando o desemprego e a desigualdade social. Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego no Brasil subiu de 4,3% em 1990 para 7,6% em 1999.

As políticas de austeridade, com foco em cortes de gastos públicos, tiveram impactos negativos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. A Reforma Administrativa promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, conduzida por tecnocratas como Luiz Carlos Bresser-Pereira, resultou em cortes significativos nos gastos sociais. A redução de investimentos em saúde e educação afetou negativamente a qualidade dos serviços públicos, exacerbando as desigualdades e dificultando o acesso da população a serviços básicos.

Entretanto, a ênfase nas políticas neoliberais e a abertura comercial promovida pelos tecnocratas contribuíram para a desindustrialização e o aumento da dependência externa. A abertura comercial implementada nos anos 1990, sob a orientação de tecnocratas, expôs a indústria brasileira à concorrência internacional sem que houvesse uma preparação adequada para competir. Isso resultou na falência de várias indústrias nacionais e na perda de empregos no setor manufatureiro. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a participação da indústria no PIB brasileiro caiu de 34% em 1980 para 27% em 1999.

Políticas tecnocráticas muitas vezes favoreceram a concentração de riqueza, beneficiando principalmente os setores mais ricos da sociedade. As reformas fiscais e econômicas dos anos 1990, embora tenham estabilizado a economia, também contribuíram para a concentração de renda. Estudos do IPEA indicam que a distribuição de renda no Brasil se tornou mais desigual durante a década de 1990, com o índice de Gini aumentando de 0,59 em 1990 para 0,61 em 1999.

Apesar das contribuições positivas do auxílio e da influência dos técnicos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, os aspectos negativos não podem ser ignorados.

O aumento da desigualdade social, a falta de participação democrática, os cortes nos gastos sociais, a desindustrialização e a concentração de riqueza são exemplos claros de como a técnica, associada às políticas neoliberais, trouxe desafios significativos para o país. Esses fatores destacam a necessidade de um equilíbrio entre a expertise técnica e a inclusão social e democrática nas políticas públicas.

Se os técnicos podem favorecer ao acúmulo de capital da alta classe econômica, por que não poderia favorecer também a baixa classe econômica? A resposta é encontrada ao tipo de governante, visto que a aplicação da técnica nas décadas de 80 e 90, não era caracterizada por técnicos totalitários que tomaram os postos políticos, mas sim, técnicos submissos ao governo. Logo, o acúmulo de capital da classe alta e o esquecimento dos mais pobres, é caracterizado pela escassez de desvelo do governo com o povo.

7 SÉCULO XXI: CONTINUIDADE E DESAFIOS

A “tecnocracia” no Brasil se manifesta através da presença de especialistas técnicos em posições estratégicas dentro do governo e de órgãos públicos, influenciando políticas públicas com base em conhecimento técnico e científico. Sendo essa influência benéfica ou maléfica, uma vez que, só acontecem de acordo com a permissão concedida pelo Estado. Portanto, aqui estão alguns exemplos e contextos em que a técnica tem desempenhado um papel de considerável influência e mudança no Brasil:

7.1 Reformas Econômicas, Administrativas e Inovações

Com o auxílio dos técnicos houve no Brasil, uma gestão de grandes inovações e projetos de infraestrutura, como o projeto do Rodoanel em São Paulo e outras iniciativas de urbanização e mobilidade, envolve o trabalho de engenheiros, urbanistas e especialistas técnicos. Esses projetos são frequentemente baseados em estudos e modelos técnicos complexos. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado para atrair investimentos privados em infraestrutura, é um exemplo de iniciativa que se baseia fortemente em análises técnicas para formular políticas de desenvolvimento.

Bem como a Reforma da Previdência implementada em 2019, é um exemplo claro da influência do tecnicismo na administração pública brasileira. A proposta, elaborada por economistas e especialistas do Ministério da Economia, visava a sustentabilidade fiscal do sistema previdenciário. A reforma foi fundamentada em análises técnicas que projetaram um impacto fiscal significativo, com a economia de R\$ 800 bilhões em 10 anos.

De igual maneira o Brasil tem promovido a inovação através de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiam a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico com base em análises técnicas rigorosas. A FINEP investiu mais de R\$ 7 bilhões em projetos de inovação e pesquisa entre 2018 e 2022. Esses investimentos contribuíram para o desenvolvimento de novas tecnologias e melhoraram a competitividade de indústrias brasileiras.

Da mesma forma que, o Banco Central do Brasil frequentemente liderado por economistas e especialistas financeiros, e suas decisões sobre política monetária, como a taxa de juros, são baseadas em análises técnicas detalhadas. Um exemplo é a presidência de Ilan Goldfajn (2016-2019), que é economista com vasta experiência no setor financeiro.

Houveram também, grandes desenvolvimentos científicos na área da saúde, durante a pandemia de COVID-19, o governo brasileiro contou com a orientação de economistas e especialistas para desenvolver medidas de estímulo econômico e auxílio emergencial. As políticas implementadas foram baseadas em análises técnicas de impacto econômico e social.

Assim como, o século XXI presenciou grandes investimentos em postos econômicos no Brasil, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O BNDES frequentemente é liderado por economistas e especialistas em desenvolvimento econômico. Suas políticas de financiamento e apoio a projetos de infraestrutura e inovação são baseadas em análises técnicas. Luciano Coutinho, economista que presidiu o BNDES entre 2007 e 2016, exemplifica a liderança tecnocrática no banco, buscando promover o desenvolvimento econômico sustentável.

Embora ainda em discussão, a proposta de Reforma Tributária busca simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro. O projeto tem sido formulado com base em estudos técnicos e econômicos para promover a eficiência fiscal e reduzir a carga tributária sobre as empresas e a população. Sendo mais um grande exemplo da influência positiva dos técnicos para melhorias na economia e nas pesquisas administrativas.

7.2 Gestão de Políticas Públicas, Administração Pública e Governança

A presença de técnicos e especialistas em ministérios e agências reguladoras é uma característica do emprego da técnica. Por exemplo, o Ministério da Saúde e a Anvisa têm se destacado por incorporar profissionais com expertise científica e técnica para lidar com crises de saúde e regulamentar novos produtos e serviços.

Um exemplo que ilustra como a técnica pode influenciar a eficiência na gestão de políticas públicas é o Programa Bolsa. Implementado em 2003 e gerido com base

em dados detalhados sobre a situação socioeconômica das famílias, o programa utiliza tecnologia e análise de dados para garantir que a ajuda seja direcionada às famílias que realmente precisam. Segundo o Banco Mundial, o Bolsa Família teve um impacto significativo na redução da pobreza. Entre 2003 e 2018, o programa ajudou a reduzir a taxa de pobreza no Brasil em 27% e a pobreza extrema em 42%.

Outro exemplo seria o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres utiliza dados e evidências para formular políticas que promovem a igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres. O PNPM tem apoiado a criação de mais de 600 Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMs) em todo o país, oferecendo suporte e proteção a vítimas de violência.

7.3 Gestão de Recursos Naturais e Ambientais

Criada em 2017, a Agência Nacional de Mineração (ANM) regula o setor mineral com base em dados técnicos e científicos. A agência tem como objetivo promover uma gestão mais técnica e transparente dos recursos minerais do Brasil. O Novo Código de Mineração está sendo revisado para modernizar a regulamentação do setor, com propostas que incluem melhorias na transparência e na gestão técnica dos recursos minerais, envolvendo especialistas em geologia, engenharia e economia.

Instituída pela Lei 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece diretrizes para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil. A implementação da PNRS envolve a participação de especialistas em meio ambiente e gestão de resíduos, garantindo uma abordagem técnica para a gestão sustentável desses materiais.

Pode-se citar também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) utiliza técnicas baseadas em dados para o monitoramento e a gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção do desmatamento na Amazônia. Entre 2004 e 2012, o desmatamento na Amazônia brasileira caiu cerca de 80%, em grande parte devido a políticas baseadas em dados e técnicas avançadas de monitoramento e fiscalização implementadas pelo IBAMA.

Além disso, houve a criação do Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH) do Brasil é utilizado para o monitoramento e a gestão dos recursos hídricos,

ajudando a prevenir crises de abastecimento e a promover o uso sustentável da água. O SIRH fornece dados em tempo real sobre a qualidade e a quantidade de água em diferentes regiões, sendo fundamental para a identificação e mitigação de crises de abastecimento, como a grave crise hídrica que afetou o Sudeste do Brasil entre 2014 e 2015.

7.4 Saúde Pública

A resposta à pandemia de COVID-19 foi coordenada com base em modelos epidemiológicos e orientações de especialistas em saúde pública. A criação e a implementação do auxílio emergencial e das medidas sanitárias seguiram análises técnicas rigorosas.

Baseado em diretrizes técnicas de vacinação, criou-se o Programa de Imunização e Vacinação, com a coordenação de especialistas em imunologia e saúde pública para garantir a eficácia e a segurança das vacinas.

Médicos e especialistas em saúde pública assumiram a liderança do Ministério da Saúde. Durante a pandemia de COVID-19, houve um debate significativo sobre a influência dos especialistas técnicos nas decisões de saúde pública. A nomeação de Luiz Henrique Mandetta, médico ortopedista, como Ministro da Saúde (2019-2020), exemplifica a tentativa de aplicar uma abordagem tecnocrática na gestão da saúde pública.

7.5 Educação e Pesquisas

As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), como a FAPESP em São Paulo e a FAPERJ no Rio de Janeiro, desempenham um papel fundamental no financiamento e apoio a pesquisas científicas e tecnológicas. Decisões sobre quais projetos receberão financiamento são tomadas com base em avaliações técnicas e científicas, assegurando que os recursos sejam direcionados para pesquisas de alto impacto.

Responsável pela coleta de dados estatísticos essenciais para a formulação de políticas públicas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma

instituição técnica que aplica metodologia científica em suas análises. Os técnicos do IBGE, como os que trabalham no Censo, são frequentemente citados como exemplos de tecnocratas que desempenham papéis fundamentais na gestão de dados socioeconômicos e demográficos, oferecendo informações cruciais para o planejamento governamental.

Instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) têm um papel significativo na análise e formulação de políticas públicas. Essas fundações e think tanks produzem dados e recomendações baseados em pesquisa técnica e científica, auxiliando na criação de políticas mais eficientes e informadas.

Outro exemplo seria a Reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017, trouxe mudanças substanciais ao currículo escolar. Baseada em estudos técnicos sobre a qualidade da educação e a necessidade de adequá-la ao mercado de trabalho, essa reforma visou melhorar a formação dos jovens para os desafios contemporâneos.

Portanto, o aumento da ênfase na educação técnica e tecnológica reflete a influência de especialistas na tomada de decisões. Instituições como o SENAI e o IFBA preparam profissionais com habilidades técnicas específicas para atender às demandas do mercado de trabalho, destacando a importância da educação voltada para a formação de competências técnicas.

7.6 Tecnologia e Inovação

Um grande marco do auxílio dos técnicos foi a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), promovendo iniciativas para fomentar a inovação e a tecnologia no setor industrial, com base em análises técnicas e estudos de viabilidade.

Outro importante avanço foi o uso de tecnologias de vigilância e análise de dados na segurança pública, os quais tem ajudado a melhorar a prevenção e a resposta a crimes. O programa de câmeras de vigilância em áreas urbanas é um exemplo de como a técnica pode influenciar a segurança. O programa de videomonitoramento em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tem contribuído

para uma redução significativa nos índices de criminalidade. Em 2022, São Paulo registrou uma redução de 30% nos roubos em áreas monitoradas por câmeras.

Visando impulsionar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias conectadas no Brasil, criou-se o Programa de Internet das Coisas (IoT). A formulação e a execução do programa envolvem especialistas em tecnologia e inovação.

Os diretores também auxiliaram no uso de dados e tecnologia na elaboração de planos de mobilidade urbana, como o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana, ajuda a melhorar a eficiência dos sistemas de transporte nas cidades brasileiras. Cidades como São Paulo e Curitiba têm implementado sistemas de monitoramento de tráfego e transporte público baseados em dados, resultando em melhorias significativas na gestão do trânsito e na redução dos congestionamentos. Curitiba, por exemplo, é famosa por seu sistema de transporte público eficiente e baseado em dados.

Um exemplo de como a especialidade pode melhorar a eficiência e a acessibilidade, é a implementação do Gov.br, um portal unificado para serviços públicos digitais. O portal centraliza diversos serviços e informações, tornando a interação com o governo mais eficiente para os cidadãos. Desde seu lançamento, o Gov.br facilitou o acesso a mais de 5.000 serviços digitais. A digitalização reduz a burocracia e os custos administrativos, melhorando a experiência do usuário e a eficiência do governo.

Outro relevante grupo que foi fruto dos técnicos é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência governamental voltada para o apoio à pesquisa científica e tecnológica. Sendo liderada por cientistas e especialistas que avaliam projetos com base em critérios técnicos. Pesquisadores renomados que lideraram o CNPq, como Marco Antonio Zago (2014-2015), demonstram a utilização dos especialistas na promoção da ciência e tecnologia, como ferramenta de auxílio para o Estado.

7.7 Pontos Negativos do Emprego Técnico no Século XXI

Tendo em vista a implementação de políticas de austeridade econômica entre 2015 e 2016, liderada por técnicos como o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tais políticas focaram na redução de gastos públicos e ajuste fiscal, mas resultaram

em cortes significativos em áreas sociais, como saúde e educação, afetando diretamente a população mais vulnerável. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, o Brasil registrou um aumento significativo na taxa de desemprego, atingindo 8,5% da população economicamente ativa. Além disso, o Índice de Gini, que mede a desigualdade, subiu de 0,515 em 2014 para 0,524 em 2016, indicando um aumento na desigualdade social

Outro fator que afetou a sociedade brasileira foi a reforma trabalhista de 2017, conduzida pelo governo de Michel Temer com forte influência de técnicos e especialistas em economia. A reforma foi criticada por ter sido aprovada sem amplo debate público e por favorecer setores empresariais, resultando em maior precarização do trabalho. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), após a reforma, houve um aumento no número de contratos temporários e de trabalhadores sem proteção social, com uma queda nos salários médios e na segurança no emprego.

Portanto, um exemplo suplementar é o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que priorizou a privatização e concessão de serviços públicos, como energia e infraestrutura, sob o argumento de aumentar a eficiência econômica. Contudo, essa abordagem focou mais em resultados financeiros do que na qualidade dos serviços para a população. Conforme aborda a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), após a privatização de algumas distribuidoras de energia, como a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), houve um aumento nas tarifas e uma queda na qualidade do serviço, com mais interrupções no fornecimento.

Subsequente à devida falha dos diretores, o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, aprovado pela Emenda Constitucional 95/2016, é uma medida tecnocrática que visava controlar a dívida pública. No entanto, teve efeitos adversos em políticas públicas essenciais, como saúde e educação. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o congelamento dos gastos resultou na redução de investimentos em saúde, prejudicando a capacidade de resposta do SUS, especialmente evidente durante a pandemia de COVID-19, quando o sistema de saúde foi sobrecarregado.

De 2021 a 2024 a gestão tecnocrática continuou a priorizar grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento nas regiões mais ricas do país, como o Sudeste e Sul, em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Isso perpetuou a desigualdade

regional, com pouca atenção às necessidades específicas das áreas mais pobres. Dados do IBGE mostram que, em 2023 e 2024, as disparidades regionais se acentuaram, com o PIB per capita do Nordeste ficando ainda mais abaixo da média nacional. O Norte e Nordeste continuaram a sofrer com baixos índices de desenvolvimento humano e social, exacerbados pela falta de políticas de inclusão regional.

Políticas de incentivo à agricultura de exportação, como a soja e o milho, têm sido frequentemente priorizadas em detrimento da agricultura familiar, que é fundamental para a segurança alimentar local. Isso reflete uma visão tecnocrática que favorece grandes agronegócios. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar responde por 77% dos empregos no campo, mas enfrenta dificuldades crescentes devido à falta de apoio e financiamento adequado, contrastando com o apoio maciço aos grandes produtores voltados para exportação.

Durante o governo de Michel Temer, a equipe econômica, liderada por Henrique Meirelles, tomou várias decisões sobre reformas estruturais, como a Reforma da Previdência, com pouca transparência e participação popular. As discussões ocorreram em grande parte em esferas técnicas e fechadas, com pouca abertura para o debate público ou a incorporação de diferentes perspectivas sociais. A falta de transparência foi um dos pontos criticados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou em relatórios a necessidade de maior clareza nas comunicações do governo sobre os impactos das reformas propostas.

Em 2023, o governo brasileiro enfrentou críticas devido à gestão tecnocrática e centralizadora do Ministério do Meio Ambiente, que priorizou o desenvolvimento econômico e a exploração de recursos naturais sobre a proteção ambiental. Apesar de algumas tentativas de retomar o controle do desmatamento, os esforços foram considerados insuficientes por muitos especialistas. De acordo com o INPE, em 2023, o desmatamento na Amazônia continuou em níveis elevados, com um aumento de cerca de 10% em comparação ao ano anterior. Isso levou a uma maior pressão internacional sobre o Brasil e gerou impactos negativos na biodiversidade e nas comunidades indígenas.

Em 2023 e 2024, a abordagem dos diretores no governo priorizou medidas macroeconômicas para estabilizar a economia, mas falhou em lidar adequadamente com a crescente insegurança alimentar. As políticas públicas não foram

suficientemente robustas para enfrentar a fome, que se agravou após a pandemia e com o aumento da inflação de alimentos. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), a insegurança alimentar grave atingiu mais de 34 milhões de pessoas em 2024, refletindo a ineficácia das políticas adotadas para mitigar a fome e a má nutrição em larga escala.

Com a transição energética nas mãos dos *managers*, o Brasil enfrentou sérias críticas. Embora o país tenha investido em fontes renováveis, a falta de planejamento integrado e a influência de lobbies da indústria de combustíveis fósseis retardaram o avanço de políticas mais sustentáveis e inovadoras. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a matriz energética brasileira em 2023 e 2024 continuou fortemente dependente de hidrelétricas, com pouca diversificação em energias renováveis emergentes, como solar e eólica. A dependência de fontes tradicionais e a falta de uma política agressiva de transição aumentaram os riscos de crises energéticas e custos altos para os consumidores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as ideias susoditas, o uso da técnica no Brasil, sempre esteve subordinada ao poder brasileiro. Independente de um bom, ou um mau governo, os técnicos cumpriram os deveres que lhes cabiam. Logo, ou os *experts* mal posicionados assumem o poder político, retirando prefeitos, vereadores, deputados, senadores, ministros, governadores e até mesmo o presidente de seus postos, ou os técnicos são subordinados do governo. Contudo, no primeiro, corre o risco de um governo de viés econômico (apenas), oligárquico, totalitário, um Estado completamente técnico, com predominância na polarização de capital e na desigualdade social. No segundo (técnicos subordinados do governo), há o risco de os diretores caírem nas mãos de um poder totalitário, com políticos fracos, que não saibam usufruir das especialidades dos *managers*, resultando no uso destes para controle social, doutrinação e massificação social, alimentando ainda mais a problemática totalitarista.

Avaliando o uso da técnica no atual Brasil, essa, está impossibilitada de fazer grandes feitos, visto o total foco político Brasileiro, onde políticos querem brincar de serem tecnocratas, os “senhores do saber técnico”. O Brasil é um país que encontra-se engatinhando no quesito tecnocrático, por mais que tenha gerado frutos, não se compara aos muitos e grandes frutos que seriam colhidos se a vantagem fosse usada com excelência, como exemplos de Alemanha, EUA, Finlândia e et cetera. A política brasileira não faz questão de complementar ao Estado com a expertise e a técnica, usam dos técnicos apenas para dados, para enfatizarem que tem um posto científico de pesquisas ao invés de um posto científico consultivo, ou para vezes ou outras fazerem uma grande obra para agregar à infraestrutura ou a tecnologia. Se os técnicos com suas ciências fossem usados corretamente e o país bebesse de sua competência para alavancar ainda mais com a infraestrutura, economia, tecnologia, saúde e ensino, seria presenciado um crescimento gradativo no Produto Interno Bruto, no Índice de Desenvolvimento Humano e avanços tecnológicos e científicos em todas as áreas que fossem consultados.

Notório também que os técnicos são de extrema relevância para o avanço econômico, científico e tecnológico. Contudo, a sociedade e a política precisa dos técnicos para evoluírem, visto que a técnica trouxe melhores propostas ambientais, escolares, trabalhistas, hospitalares, infraestruturais, tecnológicas, jurídicas,

econômicas e administrativas. A técnica unida à prudência política é o âmago para um Estado competente e verdadeiramente democrático.

Portanto, para obter um Estado justo e moral, deve estar predominante todas as virtudes: prudência, fortaleza, temperança e justiça. Saber aconselhar, saber medir a importância dos conselhos, é imprescindível para um bom governo. O aconselhar é pertencente à prudência, agora, à técnica pertence ao consultar.

Prudência é uma das quatro virtudes cardeais, controla a ação intrínseca do homem, se trata da *recta ratio agibilium*, caracterizando-se no uso correto da razão na tomada de decisões morais e éticas, estando ligado à prudência, que é a virtude de saber como agir corretamente em circunstâncias concretas. Logo, a técnica está relacionada à ação transitiva, sendo, as operações do homem na condução das coisas exteriores, caracterizada pela *recta ratio factibilium*, referindo-se ao uso correto da razão na produção ou na criação de algo, estando associado à técnica, que envolve a capacidade de produzir algo de acordo com regras racionais e adequadas.

A ação governamental situa-se no campo da prudência. Existem vários modos de prudência, mas aqui, ressalta-se a *iurisprudencia* ou prudência do direito, caracterizada por organizar as atividades humanas com o objetivo de promover o bem coletivo, o qual, por sua vez, deve colaborar na realização de cada indivíduo. Deixando de ser um pensamento massificado e passando para um modo de zelar pelo homem no seu individual, e não como mais um em meio ao coletivismo. Logo, a jurisprudência deve subordinar a técnica. A atividade dos especialistas e dos funcionários deve estar sempre subordinada ao juízo prudencial dos homens de governo. Por isso, nem a máquina nem os técnicos poderão jamais substituir o estadista (Sousa, 1973).

Entretanto, é inegável a importância do planejamento, assim como é irreversível a necessidade tecnológica. A complexidade das tarefas do governo e da administração torna indispensável a presença de técnicos junto aos órgãos de direção do Estado. Tudo está em saber lidar e usufruir da técnica e tirar vantagens para a sociedade, e não permitir que esse instrumento seja usado para massificação e mecanização do homem. A “administração das coisas” jamais deverá prevalecer sobre o “governo dos homens”, evitando uma inversão de valores e a objetificação da sociedade (Sousa, 1973).

Ao que parece, a solução está em trocar a tecnocracia pela técnica bem entendida, reconhecendo o valor inestimável dos técnicos como assessores do Estado, sem lhes confiar o poder político. Sobredito, a prudência do direito aliada ao auxílio da técnica é a base para um Estado avançado em sua política e administração, o âmago da democracia e do compromisso com o desenvolvimento do homem em todas as áreas de sua vida.

9 REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *The Brazilian Economy, 1930-1980*. Austin: University of Texas Press, 1984. Acesso em: 7 jul. 2024.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 49, n. 4, p. 5-28, out./dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp>. Acesso em: 7 jul. 2024.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Redemocratização e neoliberalismo: as reformas dos anos 1990. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 48, p. 33-50, jul. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ARIDA, Pérsio; BASTOS, Pedro Malan; LOPES, Francisco; REZENDE, Fernando. *Plano Real: uma análise crítica*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997. Acesso em: 27 jul. 2024.

BAER, Werner. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. New York: Praeger, 1979. Acesso em: 28 jul. 2024.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988. Acesso em: 8 abr. 2024.

BORGES, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Fabio Gallo Garcia de. Privatização no Brasil: o caso da Vale do Rio Doce. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 789-817, jul./ago. 2002. Disponível em: <https://www.fgv.br/rap>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BOJUNGA, Claudio. *JK, o Artista do Impossível*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. Explora a vida e as realizações de Juscelino Kubitschek, com foco nos aspectos econômicos e de infraestrutura. Acesso em: 8 ago. 2024.

BUAQUE, Cristovam. *Bolsa escola: uma revolução na educação*. Brasília: UNESCO, 2001. Acesso em: 7 ago. 2024.

BURNHAM, James. *La revolución de los directores*. Madrid: Aguilar, 1947.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARVALHO, Olavo de. *Sapientiam autem non vincit malitia*. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/?s=tecnocracia>. Acesso em: 23 abr. 2024.

DEAN, Warren. *With Broadax and Firebrand: The Destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Berkeley: University of California Press, 1997. Acesso em: 21 mai. 2024.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. Detalha os feitos do governo JK e o papel da tecnocracia na implementação do Plano de Metas. Acesso em: 19 jun. 2024.

FISHLOW, Albert. Brazilian Development in Long-Term Perspective. *American Economic Review*, Nashville, v. 70, n. 2, p. 102-108, 1980. Acesso em: 18 mai. 2024.

FISHLOW, Albert. *Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1965. Acesso em: 08 ago. 2024.

FRANCO, Gustavo H. B. *A economia em marcha forçada: planos e ensaios em política econômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. Acesso em: 21 mai. 2024.

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Acesso em: 18 mai. 2024.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOLDSMITH, William W. *The Brazilian Highway Program: The Dynamics of Institutional Change*. Berkeley: University of California Press, 1983.

GOMES, Angela de Castro. *O Estado Novo e o governo JK*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Oferece uma visão detalhada sobre a gestão econômica e as políticas fiscais de JK. Acesso em: 21 mai. 2024.

GOYTISOLO, Juan B. Vallet de. *Ideologia, Praxis y Mito de La Tecocracia*. Madrid: *Revista de Derecho Privado*, 1964. Acesso em: 27 abr. 2024.

GRAHAM, Lawrence S. *Civil Service Reform in Brazil: Principles versus Practice*. Austin: University of Texas Press, 1969. Acesso em: 16 mai. 2024.

HECHT, Susanna B.; COCKBURN, Alexander. *The Fate of the Forest: Developers, Destroyers, and Defenders of the Amazon*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. Acesso em: 22 ago. 2024.

LESSA, Carlos. *20 Anos de Crise Brasileira (1964-1984)*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Acesso em: 09 jul. 2024.

NETO, Lira. *Getúlio Vargas: O Poder e o Sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Explora a trajetória de Vargas e oferece uma visão crítica sobre a atuação da tecnocracia em seu governo. Acesso em: 11 jul. 2024.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: ENAP, 1998. Acesso em: 09 jul. 2024.

PLATÃO. *A República*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2016. 413 p.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Discute o impacto dos investimentos em infraestrutura e os desafios econômicos enfrentados. Acesso em: 16 ago. 2024.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. O Plano Real e a política econômica brasileira nos anos 90. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 129-148, ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*. Oxford: Oxford University Press, 1988. Acesso em: 21 ago. 2024.

SOUZA, José Pedro Galvão de, 1912 - 1992. *Obras Seletas III: Direito Natural, Direito Positivo e Estado de Direito e O Estado Tecnocrático / José Pedro Galvão de Sousa*. – Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2022. 260 p.

SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, Clovis Lema; CARVALHO, José Fraga Teixeira de. *Dicionário de Política*. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2021. 984 p.

ZYLBERSZTAJN, David. Reestruturação do setor elétrico brasileiro. In: *Congresso Brasileiro de Energia*, 4. 1998, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1998. p. 45-58. Acesso em: 28 jul. 2024.